

INDICADORES SOCIAIS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

BRAZILIAN SOCIAL INDICATORS: AN ANALYSIS OF THE EFFECTS OF BOLSA FAMILIA PROGRAM

Ariane Maria Machado de OLIVEIRA¹

Claudineia KUDLAWICZ²

June Alison Westarb CRUZ³

Ângela Cristiane Santos POVOA⁴

RESUMO: O Programa Bolsa Família é, segundo o governo federal brasileiro, um exemplo de programa de transferência de renda que visa promover a diminuição da pobreza imediata e o rompimento do ciclo de perpetuação da pobreza por meio do favorecimento da geração autônoma de renda dos beneficiários. O presente artigo analisa o impacto dos gastos do governo com tal programa, a fim de verificar sua efetividade no que se refere a questões. A abordagem metodológica é quantitativa e baseada na técnica de análise de dados em painel. Para atingir o objetivo do estudo, dados secundários foram coletados em institutos de pesquisa responsáveis pela divulgação de indicadores econômicos e sociais, sendo a amostra composta pelos 27 estados brasileiros, para o período que compreende os anos de 2005 a 2012. Para analisar os dados, optou-se pela análise descritiva e multivariada com ajuda do software *Stata*, versão 12, utilizado para processar os dados. Os resultados obtidos apontam que os impactos dos gastos com o PBF foram significativos apenas nos índices de violência e na taxa de analfabetismo, mais uma variável não apresentando maior significância no comportamento dos demais indicadores. Pode-se concluir que são necessárias políticas públicas de maior amplitude, que promovam efetivamente a geração autônoma da renda e maior justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: gestão social, bolsa família, políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

Em uma federação como o Brasil, as políticas sociais e seus gastos dependem da atuação e da interação da União, dos Estados e dos Municípios, e a situação financeira de cada esfera governamental sinaliza para a capacidade de ampliação das ações dos programas sociais, sendo tais esferas responsáveis pela gestão pública de políticas sociais. Bichir (2010) ressalta que a desigualdade e a pobreza são fenômenos complexos e que persistem ao longo da história do país, desta forma, não se deve ter uma visão simplista sobre as políticas desenvolvidas que as combatem. A elaboração de políticas que efetivamente superem a desigualdade existente no Brasil se tornou um grande desafio para os responsáveis pela gestão pública.

¹ Professora da Universidade Anhanguera (UNIDERP) e Doutoranda em Administração pela Universidade Pontifícia Católica do Paraná (PUC-PR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: ariane_maria@hotmail.com

² Doutoranda em Administração pela Universidade Pontifícia Católica do Paraná (PUC-PR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: claudineia09@yahoo.com.br

³ Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração e do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Cooperativas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: june.cruz@pucpr.br

⁴ Professora Adjunta do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração e do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Cooperativas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: angela.povoa@pucpr.br

O conceito de eficácia do governo, entre outros, está relacionado com o alcance de fins das políticas sociais. Para Silva (1983), a “[...] avaliação sob o critério da eficácia propõe-se verificar se o conjunto de programas que vem sendo executado maximiza os resultados obtidos em termos dos objetivos gerais do planejamento”. Desta forma, esse conceito de eficácia pública está atrelado aos fins das políticas sociais.

Uma das políticas sociais de maior destaque nos últimos anos é o Programa Bolsa Família. Criado em 2003 e implantado em 2004, tinha como primeiro objetivo a diminuição da pobreza imediata por meio da transferência direta de renda. Como segundo objetivo, visava interromper o ciclo de perpetuação da pobreza por meio do favorecimento da geração autônoma de renda dos beneficiários, estabelecendo, então, condicionalidades. Porém, críticas ao programa são constantemente apresentadas por alguns opositores, que o classificam como um assistencialismo simplista que não apresenta benefícios concretos, ou seja, como uma *esmola eleitoreira*.

Cecchini (2013) destaca que as pessoas que recebem as transferências deveriam ter mais chances de participar do mercado de trabalho, pois detêm recursos para procurar trabalho e cobrir os custos de transporte para o local do trabalho e de volta para casa. Mas, ainda segundo a autora, ao invés de promover os esforços autônomos das famílias para superar a pobreza, os programas poderiam estar criando dependência, decorrentes da própria falta de esforço individual.

Como contribuição para a análise da eficiência dos gastos com o Programa Bolsa Família, o presente artigo busca verificar alguns indicadores econômicos e sociais, tentando constatar se houve impactos significativos resultantes do Programa. Para isso, se propõe a responder à seguinte questão: qual a relação existente entre os gastos do Governo com o Programa Bolsa Família e o comportamento dos Indicadores Econômicos e Sociais?

O presente trabalho apresenta-se estruturado nos seguintes itens, além da introdução: referencial teórico; abordagem metodológica; apresentação e análise dos resultados; e, por fim, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Um acontecimento de destaque no século XX foi a grande depressão da década de 1930, quando houve uma crise de superprodução. Tal crise levou a uma mudança no rumo do pensamento econômico, quando a demanda passa a ter papel fundamental no desenvolvimento econômico. O modelo de Keynes (1985) para a determinação do nível de produção e emprego, apresentado na Teoria Geral, destaca que a riqueza em forma de moeda permite ao empresário a opção de investir ou mantê-la para utilização posterior. O empresário poderia aplicar o seu dinheiro com o objetivo de auferir juros ou investir

produtivamente, sendo que a partir de suas expectativas de lucros futuros, ao investir produtivamente o empresário emprega, de acordo com a demanda esperada, trabalhadores assalariados que são pagos em dinheiro (KLAGSBRUNN, 1996).

Outro economista de destaque que buscou compreender como funciona e se desenvolve a economia capitalista foi Kalecki, que na primeira metade na década de 1950, ao trabalhar no secretariado da ONU, passou a ter contato com países subdesenvolvidos e a interessar-se por seus problemas econômicos. Um de seus mais importantes estudos, intitulado *O problema do financiamento do desenvolvimento econômico*, publicado originalmente no México em 1954, teve grande influência na formação do pensamento estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Kalecki (1954) destaca que a distribuição da renda seria um fenômeno essencialmente microeconômico, que deveria ser compreendido a partir do processo de formação de preços, visto que este deve determinar o excedente unitário sobre os custos. Defendendo o princípio da demanda efetiva, o autor acreditava que os gastos eram determinantes da renda nas economias capitalistas. Para Keynes (1985) e Kalecki (1954), o nível da demanda efetiva da economia determinaria o nível de produto agregado e de renda, o que se convencionou chamar de princípio da demanda efetiva.

2.1 A CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL

Tavares (1972), economista da CEPAL, buscou explicar o processo de substituição de importações e a dinâmica da economia dos países latino-americanos. As economias desses países teriam passado por uma fase primário-exportadora, caracterizada pelo chamado crescimento para fora, seguida por uma substituição de importações. Portanto, nesta etapa, a dinâmica interna das economias teria sido subordinada ao desempenho das exportações de produtos primários.

Segundo a autora, na fase primário-exportadora, de crescimento para fora, tais economias apresentavam dois aspectos importantes: um setor exportador, de alta rentabilidade; e um setor voltado ao mercado interno, de baixa produtividade, satisfazendo apenas em parte as necessidades básicas, que dependiam também de elevadas importações. O resultado de tal processo seria uma alta concentração da propriedade acompanhada de extrema desigualdade na distribuição de renda, permitindo às elites um padrão de consumo semelhante ao dos grandes centros desenvolvidos (TAVARES, 1972). O dinamismo da economia era subordinado ao setor externo.

Raul Prebisch (1959), o mais destacado intelectual da CEPAL, responsável pelo desenvolvimento estruturalista do pensamento econômico, acreditava que as grandes disparidades de rendas dos países latino-americanos provieram, primeiro, da concentra-

ção de terras, e depois do excessivo protecionismo industrial, da restrição da concorrência, da inflação e da intervenção do Estado, favorecendo determinados grupos.

Dentre outros economistas da CEPAL, Furtado (2007), Prebisch (1959), Prado (1972) e Tavares (1972) defendiam que o processo de crescimento do Brasil teve um caráter concentrador, baseado num regime de acumulação, caracterizado por três aspectos: acirramento da concorrência, marcado pela destruição e rápida deslocalização das atividades produtivas, com rápidas mudanças das vantagens comparativas dinâmicas; concentração de capitais, com aumento de importância de fusões e aquisições; centralização de capital no plano mundial, com direcionamento dos fluxos de capital financeiro e da disponibilidade de liquidez sujeitos a uma lógica financeira unificada, a chamada globalização financeira (POSSAS, 2001).

Estudos divulgados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ressaltam que a distribuição de renda piorou em muitos países entre os anos de 1985 e 2008 e a desigualdade social chegou no nível mais elevado em 50 anos (OIT, 2011). O Brasil apresenta uma das piores concentrações de renda do mundo, segundo dados da OCDE (2013). Tal situação é resultado da falta de políticas relacionadas à distribuição de renda e da ineficiência das políticas voltadas ao crescimento econômico, que sempre tiveram como foco a busca pelo crescimento, sem a preocupação de seus impactos sociais, como a concentração de renda.

O período do *milagre econômico* (1968–1973) é o exemplo de uma época em que as políticas de crescimento levaram a uma forte concentração de renda, sob o lema de que era preciso primeiramente fazer o país crescer, para depois pensar em distribuição. Os elevados índices de crescimento obtidos pelo PIB no final dos anos de 1960 e início dos de 1970, durante a ditadura militar, levaram o período a ser chamado de milagre econômico, mas com concentração de riqueza.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1960, 20% dos brasileiros mais pobres detinham 3,9% do total da renda nacional. Vinte anos depois, em 1980, 20% da população mais pobre concentravam apenas 2,8% da renda produzida no país.

Houve grande concentração de renda no período do ‘milagre’. A teoria de ‘deixar o bolo crescer para dividi-lo’ não ocorreu conforme o planejado, mas acabou por se autoalimentar pela evolução dos preços relativos. Com a distribuição de renda em favor das classes médias e alta em detrimento dos mais pobres, criou-se um forte componente de demanda pelos bens de consumo duráveis. Isto detonou um processo de crescimento, as empresas começaram a apresentar ganhos de produtividade e com isso reduzir os preços, expandindo ainda mais a demanda. Uma das explicações para essa concentração de renda foi a dominância do setor de bens de consumo duráveis que impôs uma diferenciação salarial com a contenção dos salários de base (FARIA, 2002, p. 25)

Mas qual o papel do estado neste contexto? O estado por meio de políticas econômicas deveria promover intervenções na economia visando manter o crescimento econômico e mantendo os níveis de emprego elevados (MATIAS-PEREIRA, 2012, 2013). Portanto, em uma economia capitalista, com certo grau de intervenção econômica, o governo, quando exerce sua atividade financeira, fomenta algumas funções básicas. Segundo Musgrave e Musgrave (1980), são elas:

- Função Alocativa: relaciona-se à alocação de recursos por parte do governo a fim de oferecer bens públicos (ex.: rodovias, segurança), bens semipúblicos ou meritórios (ex.: educação e saúde), desenvolvimento (ex.: construção de usinas), etc.;
- Função Distributiva: é a redistribuição de rendas realizada através das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais. Um bom exemplo é a destinação de parte dos recursos provenientes de tributação ao serviço público de saúde, que é mais utilizado por indivíduos de menor renda;
- Função Estabilizadora: é a aplicação das diversas políticas econômicas a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, diante da incapacidade do mercado em assegurar a consecução de tais objetivos;

Tais funções têm por característica comum o poder regulatório do Estado, ou seja, fazer com que as desigualdades regionais sejam minimizadas, assegurar uma justa distribuição de renda que garanta, no mínimo, que todos tenham acesso a bens essenciais, e que não haja concentração de poder. São necessárias mudanças nas formas de organização e gestão do Estado, com uma administração pública eficaz que demarque como sendo setores desse estado a produção de bens e serviços para o mercado, os serviços que não são exclusivos (PEREIRA, 1998).

Com relação à função distributiva no Brasil, são inexistentes programas que atendam, de forma efetiva, aos anseios e disfunções do povo (CRUZ *et al*, 2013). A adoção de programas de transferência de renda partiu da constatação de que os níveis de pobreza da população não apresentaram nenhuma redução significativa nas últimas décadas do século passado, sendo que apenas a partir do ano 2000 políticas mais eficazes e direcionadas passaram a ser implantadas.

Segundo relatório de indicadores de desenvolvimento coordenado pela Assessoria Econômica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome divulgado em 2013, a economia brasileira foi marcada nos últimos anos pela combinação de crescimento econômico e melhoria na distribuição de renda, reduzindo as desigualdades. A renda *per capita* cresceu, desde 2004, 4,5% ao ano acima da inflação e este crescimento ocorreu nas regiões mais pobres e para a população menos favorecida, contribuindo para a redução das desigualdades.

Barros *et al* (2006), ao analisarem os anos mais recentes, compreendendo o período de 2001 a 2004, concluíram que a renda do trabalho foi responsável por aproximadamente 47% da redução da desigualdade de renda *per capita*, e a renda que não era proveniente do trabalho adulto contribuiu para uma redução de 36%. Ainda, concluíram que essa redução foi proporcionada por fatores que estavam relacionados com o mercado de trabalho e o desenvolvimento de proteções sociais.

Alguns economistas destacam que a desigualdade de renda também pode ser consequência do desemprego. As altas taxas de desemprego não incentivam a criação de empresas, em um alto período de desemprego nacional, a procura interna e externa por produtos e serviços locais é baixa, deixando as possibilidades de sobrevivência das novas empresas relativamente diminuídas (ALMEIDA, *et al*, 2013). Quando ocorre baixa probabilidade de sobrevivência das empresas, o indivíduo enfrenta algumas incertezas, que provocam desmotivação para a atividade empresarial (RITSILA; TERVO, 2002).

Em contraposição ao gasto social que focaliza a transferência de renda, Lavinas (2007) ressalta que a redução da pobreza e da desigualdade de renda no Brasil, que ocorreu devido a elevações nos rendimentos do trabalho e à expansão dos benefícios assistenciais, não acompanha as dimensões da desigualdade social, ou seja, não tem ocorrido uma expansão do gasto em investimento social necessária para enfrentar essas desigualdades.

O aumento da capacidade produtiva também deve ser considerado determinante para o desenvolvimento da habilidade em gerar renda e bem-estar (SEN, 1992), e as políticas que reduzem as desigualdades de oportunidades e condições são as que possuem maior capacidade de combater a pobreza e gerar renda, portanto, devem ser consideradas.

A abordagem baseada na geração e acumulação de recursos foi estudada por Attanasio e Székely (1999), os quais destacam que a renda domiciliar era dada pelo retorno de diversos recursos e usados pelas famílias, e dentre esses recursos, os autores apresentam o capital humano, físico e financeiro, considerando o acesso a esses recursos como capital social.

As políticas sociais que têm por missão reduzir a pobreza precisam considerar estratégias para fornecer educação e saúde a seus beneficiários, tendo em vista que essas políticas aumentam a capacidade produtiva. No caso do Brasil, o acesso aos serviços de educação e saúde é concentrado, o que aumenta a desigualdade no país (ESTRELLA; RIBEIRO, 2008). Ainda segundo os autores, o Programa Bolsa Família pretende garantir o aumento da renda e o atendimento de demandas de orçamento de curto prazo por meio da transferência de recursos financeiros (ESTRELLA; RIBEIRO, 2008).

2.2 INDICADORES SOCIAIS

Os indicadores sociais são utilizados para medir as dimensões sociais de interesse na execução das políticas públicas. A formulação das políticas sociais nas diferentes esferas do governo permitem o monitoramento e as melhorias das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade. Nesse sentido, existem diversos indicadores que podem ser utilizados para visualizar a melhoria das condições sociais da população, entre eles destacam-se o Produto Interno Bruto (PIB), o desemprego, a violência, a educação, a renda, e o índice de Gini, que mede o grau de concentração da renda. O monitoramento e a avaliação de programas são utilizados para acompanhá-los, focando na sua análise de eficiência, eficácia e efetividade (COHEN; FRANCO, 2000), sendo processos analíticos com propósito de fornecer informações ao gestor público dos resultados e efeitos almejados.

Couto, Couto e Freitas (2008) afirmam que o que determina o volume de emprego num país é a produção resultante da demanda efetiva, sendo que o volume de emprego oferecido depende do volume de produção (PIB), ou seja, quanto maior for essa produção, maior será o volume de emprego de um país. Desta forma, segundo alguns pesquisadores, caberia ao governo o investimento e seu efeito multiplicador para aumentar a demanda efetiva e por consequência o emprego. Os autores realizaram um estudo com o objetivo de quantificar no Brasil a taxa de crescimento do PIB necessária para reduzir a taxa de desemprego. Os autores estudaram o período de 1991 a 2008, e seus achados mostraram que quando o PIB cresce acima de 4%, a taxa de desemprego no Brasil diminui, e quando o PIB tem um crescimento menor que 4%, a taxa de desemprego aumenta, desta forma, os formuladores das políticas macroeconômicas do país devem tentar manter a atividade econômica sempre acima de 4% (COUTO; COUTO e FREITAS, 2008).

A avaliação das políticas pode ter três atribuições: i) informação; ii) alocação e; iii) legitimação (DERLIEN, 2001). O autor abordou a tese de que, no período de 1960 a 1990, a ênfase política estava na avaliação de políticas públicas e passou da função meramente informacional para a de realocação de recursos públicos. O autor apresentou então um breve levantamento das principais correntes de avaliação em alguns países desenvolvidos, destacando os aspectos mais relevantes e mencionando as principais áreas visadas pelas políticas públicas, dando enfoque à importância do papel da avaliação no cenário político no que se refere ao processo de desenvolvimento.

A avaliação de programas também pode ser considerada como um mecanismo de melhoria do processo de tomada de decisões (ALA-HARJA; HELGASON, 2000), pois permite o conhecimento dos resultados de um projeto social e fornece informações para melhoraria na implementação e andamento de tais programas, fundamentando decisões e possibilitando uma melhor prestação de contas sobre políticas públicas. As principais

metas da avaliação seriam a melhoria no processo de tomada de decisão, a alocação apropriada dos recursos e a responsabilidade do governo frente à sociedade (ALA-HARJA; HELGASON, 2000).

2.3.PROGRAMAS SOCIAIS - BOLSA FAMÍLIA

O Estado é um elemento fundamental para a definição de políticas que incorporem a ideia de contrapartida como forma de combinar indenizações e inserção social com o engajamento pessoal (MAGALHÃES, 2001).

Os programas de transferência de renda podem ser classificados em dois tipos, o de renda básica de cidadania e o de renda mínima garantida (VANDERBORGHT, PARIJS, 2006). Segundo os autores, o primeiro é a transferência regular de dinheiro pelo Estado aos cidadãos, sem restrições sociais ou econômicas. Já os programas de renda mínima garantida diferenciam-se por serem focalizados na parcela mais pobre da população, além de não exigirem qualquer tipo de contrapartida. O Programa Bolsa Família pode ser considerado uma variante de programas de renda mínima garantida, pois possui condicionalidades relacionadas à educação e à saúde.

A criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em janeiro de 2004, implicou no aumento significativo dos investimentos em políticas de proteção, assistência e desenvolvimento social – que se traduzem em programas e ações de transferência de renda, segurança alimentar e nutricional, assistência social e inclusão produtiva. Isso significou uma expansão substantiva da cobertura de serviços e da rede de proteção social e, em 2005, cerca de 50 milhões de pessoas pobres e/ou vulneráveis foram beneficiadas pelos programas do MDS (MDS, 2007).

No mesmo período, em 2003, o Programa Bolsa Família passou a integrar outras políticas sociais preexistentes (Programas Fome Zero, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás) e constituiu-se hoje na maior política de transferência condicional de renda existente no Brasil. Trata-se de um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, de acordo com a lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e o Decreto nº. 5. O programa brasileiro visa assistir domicílios em situação de pobreza e extrema pobreza, compostos por crianças com idade entre 0 e 15 anos ou gestantes. O benefício concedido varia de acordo com a situação socioeconômica e a composição do domicílio beneficiário.

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social, o foco do programa é atender famílias pobres (renda mensal por pessoa entre R\$ 77,01 e R\$ 154) e extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 77). O perfil das famílias beneficiadas deve atender aos requisitos exigidos quanto à renda mensal por pessoa, o número de integrantes, o total de crianças e adolescentes de até 17 anos, além da existên-

cia de gestantes. Conforme quadro 1 abaixo, a regulamentação do Programa estabelece os seguintes tipos de benefícios.

Quadro 1 – Benefícios do Programa Bolsa Família

Benefícios	Descrição
Benefício Básico: R\$ 77	Concedido apenas às famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa menor de R\$ 77).
Benefício Variável de 0 a 15 anos: R\$ 35	Concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade.
Benefício Variável à Gestante: R\$ 35	Concedido às famílias que tenham gestantes em sua composição. Pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês. A identificação da gravidez é realizada no Sistema Bolsa Família na Saúde. O Cadastro Único não permite identificar as gestantes.
Benefício Variável Nutriz: R\$ 35	Concedido às famílias que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição. Pagamento de seis parcelas mensais consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida.
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente: R\$ 42	Concedido às famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos – limitado a dois benefícios por família.
Benefício para Superação da Extrema Pobreza: calculado caso a caso	Transferido às famílias do Programa Bolsa Família que continuem em situação de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 77), mesmo após o recebimento dos outros benefícios. Ele é calculado para garantir que as famílias ultrapassem o limite de renda da extrema pobreza.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (www.mds.gov.br).

O Programa está pautado na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades. Por meio também da coordenação de programas complementares, o programa tem por objetivo promover o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários possam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Quadro 2 – Características do Programa Bolsa Família por Usuário.

	Usuários	Compromissos
Saúde	Crianças menores de 7 anos	Acompanhar o cartão de vacinação, bem como o crescimento e desenvolvimento.
	Mulheres de 14 a 44 anos	Realizar o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento de sua saúde e do bebê.
Educação	Crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos	Matrícula e frequência escolar mensal mínima de 85%.
	Adolescentes entre 16 e 17 anos	Matrícula e frequência escolar mensal mínima de 75%.
Assistência Social	Crianças e adolescentes com até 15 anos, em situação de risco ou retirados do trabalho infantil pelo PETI	Devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do PETI, e obter frequência mínima mensal de 85%.

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Desenvolvimento Social (www.mds.gov.br).

Embora a descrição ideológica do Programa preconize o desenvolvimento pleno de seus usuários, algumas pesquisas demonstram algumas limitações no alcance desses compromissos. Segundo Cotta e Machado (2013), dentre os efeitos previstos pelo Programa está a melhoria da renda e dos padrões de alimentação, em um conjunto de ações que integram condições a serem cumpridas pelas famílias beneficiadas. Os autores realizaram um estudo que demonstrou que o Programa tem um importante papel no consumo alimentar das famílias, mas suas potencialidades estão condicionadas à capacidade do poder público e da sociedade para regular o cumprimento de seus propósitos. Segundo Soares (2006), o Programa está bem focalizado, pois cerca de 80% de sua renda foram para famílias consideradas abaixo da linha de pobreza, reforçando o posicionamento e foco essencial do Programa.

Nesse sentido, Cacciamali, Tatei e Batista (2010) analisaram o impacto do Programa sobre a incidência do trabalho infantil e a frequência escolar no ano de 2004. Seus achados corroboraram a efetividade em elevar a frequência escolar das crianças, mas apresentou efeitos negativos no que tange à incidência de trabalho infantil, elevando sua probabilidade de ocorrência.

Ferro e Kassouf (2005) analisaram também o impacto do Programa sobre o trabalho infantil, e enfatizam que os programas de transferência de renda não podem estabelecer uma contrapartida se as crianças estão trabalhando ou não, mas o fato de exigirem a frequência escolar já reduz o tempo disponível para o mercado de trabalho.

Castro *et al* (2009) estudaram a percepção da sociedade sobre o Programa Bolsa Família, concluindo que a população o reconhece e entende sua adequação, mesmo havendo problemas em sua execução. Desta forma, o Programa foi legitimado pela sociedade brasileira, pois esta apoia sua existência e corrobora sua importância.

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

Quanto aos fins, a presente pesquisa classifica-se como descritiva (COOPER; SCHINDLER, 2003; GIL, 2003). A abordagem desta investigação é quantitativa. Para tanto, foram utilizadas técnicas estatísticas como a análise de dados em painel. Este estudo possui as duas características, transversal e longitudinal, por combinar séries temporais e informações num corte transversal.

A população é composta pelos estados do Brasil. A amostra, por esse critério de seleção, totalizou 17 variáveis e com 216 observações; composta pelas variáveis Gastos com Bolsa Família, Número de Homicídios, Taxa de Homicídios, Produto Interno Bruto, Desemprego, Frequência Escolar de 7 a 14 anos de Idade, Frequência Escolar de 15 a 17 anos de Idade, Analfabetismo, Matrículas na Educação Básica, Extrema Pobreza, Pobreza, Domicílios Extremamente Pobres, Domicílios Pobres, Rendimento Médio dos Trabalhadores e o Índice de Gini.

Inicialmente, para fins do estudo, as informações foram coletadas no banco de dados disponível nos sites Portal da Transparência, Mapa da Violência, IPEA e Censo Escolar, para o período que compreende os anos de 2005 a 2012, perfazendo um total de oito anos, sendo considerada a variação das informações entre os períodos.

A variável dependente a ser utilizada no estudo são os Gastos com Bolsa Família. Essa variável foi retirada do site Portal da Transparência e mostra os valores que o governo investe nesta política pública por Estado. A seleção das variáveis independentes do modelo partiu da escolha de variáveis econômicas e sociais, tendo o objetivo de identificar quais delas podem ser influenciadas pelos investimentos feitos pelo governo por meio do Programa Bolsa Família.

Com relação ao grau de relação entre as variáveis preditoras, quando estão altamente correlacionadas, pode haver multicolinearidade. Uma colinearidade perfeita existe quando pelo menos um previsor é uma combinação linear perfeita de outros (FIELD, 2009). Quando dois desses previsores estão perfeitamente correlacionados, possuem um coeficiente de correlação igual a 1, e faz-se necessário eliminar uma das variáveis. Segundo Gujarati (2006), se esse valor for superior a 0,60, apresenta danos para a análise e precisam ser retirados. Considerando esses critérios, foram excluídas da análise as variáveis taxa de homicídios, extrema pobreza e domicílios pobres.

Para a análise multivariada optou-se por utilizar a técnica Dados em Painel, e o *software Stata*, versão 12 foi utilizado para processar os dados. Os Dados em Painel possuem como característica principal o fato de que as mesmas unidades do corte transversal são acompanhadas ao longo de um determinado período de tempo (WOOLDRIDGE, 2007). Requer uma repetição das mesmas unidades ao longo do período a ser analisado e possui dimensões tanto de cortes transversais quanto de séries temporais. Podem sugerir

a existência de algumas características que diferenciam os indivíduos, essas características podem ser constantes no tempo ou não.

A utilização do modelo de regressão com dados em painel, conforme Gujarati (2006), viabiliza acompanhar ao longo do tempo os mesmos dados de cortes transversais, e fornecem ao pesquisador maiores graus de liberdade, reduzindo a colinearidade entre as variáveis explicativas, e, desta forma, melhorando a eficiência das estimativas (HSIAO, 2002). A vantagem fundamental é que este método permite uma grande flexibilidade na modelagem das diferenças de comportamento entre os indivíduos do estudo (GREENE, 2003).

Os dados foram dispostos em uma estrutura de painel fortemente balanceado que compreendeu as variações do período de 2005 a 2012, que se caracteriza por ser um conjunto de dados seguindo determinada amostra ao longo do tempo, fornecendo múltiplas observações em cada variável (HSIAO, 2002).

A análise dos dados em painel exige uma sequência. Inicialmente, nessa análise, é realizado um teste para verificar a adequação do modelo, isto é, se o modelo de Dados em Painel é aceito. Neste teste, são combinados dados de corte transversal com dados em séries temporais e tratamento estatístico simultaneamente (GUJARATI, 2006).

Para validar a especificação do modelo e respaldar a utilização dos efeitos fixos no estudo, foi necessário realizar mais alguns testes. O teste de Chow, que compara a regressão do tipo *pooled* contra os efeitos fixos por meio da estatística F. Para testar se o modelo de efeitos aleatórios é apropriado, *Breusch-Pagan* (1980) *apud* Greene (2003, p. 298) definiram hipóteses nula e alternativa desenvolvendo um teste baseado no multiplicador de *Lagrange*. Wooldridge (2002) afirma que, para determinar uma decisão entre os modelos de efeitos fixos e aleatórios, o principal fator é o efeito não observado (α_i), quando esse efeito não observado não é correlacionado com todas as variáveis explicativas, o modelo dos efeitos variáveis será o mais indicado. Caso contrário, o modelo de efeitos fixos deverá ser utilizado. Para verificar a existência de correlação entre as variáveis explicativas e α_i , é sugerido o teste de *Hausman* (GREENE, 2003). O teste de *Hausman* é aplicado a testes de modelos fixos contra o de efeitos aleatórios (MADALA, 2003) para se obter estimativas consistentes para o modelo.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para atingir o objetivo do estudo, foram coletados dados disponíveis nos sites do Portal da Transparência, Mapa da Violência, IPEA e Censo Escolar. Esses dados referem-se a variáveis relacionadas aos indicadores de políticas públicas, os estados selecionados compõem uma amostra de 27 estados, ou seja, todos os estados do país.

Para analisar os dados coletados, as variáveis foram segregadas em grupos. A estatística descritiva apenas do Programa Bolsa Família está disposta na Tabela 1 e apresenta as principais informações a respeito das médias, desvios-padrões, valores mínimos e máximos das variáveis explanatórias.

Tabela 1 – Gastos com Bolsa Família

Ano	Gastos com Bolsa Família	Aumento no valor	Número de Beneficiários	Aumento no número de beneficiários
2004	5.533.257.937,91	-	6.571.839,00	-
2005	6.879.350.275,00	24%	8.700.445,00	32%
2006	8.145.378.044,77	47%	10.965.810,00	67%
2007	9.222.092.911,00	67%	11.043.076,00	68%
2008	10.811.168.987,00	95%	10.557.996,00	61%
2009	12.417.041.638,00	124%	12.370.915,00	88%
2010	14.366.015.610,00	160%	12.778.220,00	94%
2011	17.283.104.720,00	212%	13.352.306,00	103%
2012	20.288.877.787,33	267%	13.900.733,00	112%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Os gastos com o Programa Bolsa Família apresentaram um aumento durante o período analisado. Em 2004, representavam 5,5 bilhões de reais, esse valor aumentou 24% no ano seguinte e 267% se comparar 2004 com 2012, chegando neste último ano em pouco mais de 20 bilhões.

No ano de 2004, 6 milhões de pessoas eram contempladas com o Programa Bolsa Família, este número apresentou um grande aumento no decorrer dos anos. Em 2005, esse número aumentou 32% se comparado ao ano anterior. Já em 2012, teve um aumento de 112% se comparado ao primeiro ano do estudo, 2004.

Ao comparar os percentuais dos aumentos dos valores gastos com o Programa Bolsa Família e os percentuais do aumento de pessoas beneficiadas com o Programa no ano de 2004 para 2012, percebe-se que, em percentuais, os gastos apresentaram um aumento de 267% e os beneficiários um aumento de 112%. Isto indica que os gastos aumentaram em maior proporção, evidenciando um aumento maior no valor pago que na quantidade de pessoas beneficiadas.

A Tabela 2 apresenta a evolução das variáveis referentes à Educação no período de 2004 a 2012.

Tabela 2 – Evolução das variáveis relacionadas à Educação

Ano	Freq. escolar 7 a 14 anos	Freq. escolar 15 a 17 anos	Analfabetismo	Matriculas educação básica
2004	2.608,71	2.173,16	119,92	56.174.997,00
2005	2.616,34	2.168,53	111,52	56.471.622,00
2006	2.625,71	2.201,31	96,79	55.942.047,00
2007	2.621,43	2.190,28	95,35	52.379.893,00
2008	2.635,21	2.246,51	85,12	52.589.991,00
2009	2.643,27	2.275,13	73,64	52.580.452,00
2010	2.648,60	2.265,30	67,60	51.549.889,00
2011	2.653,95	2.255,56	61,55	50.972.619,00
2012	2.652,71	2.254,51	59,31	50.545.050,00

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

As variáveis relacionadas à educação podem ser analisadas por meio da Tabela 2. O analfabetismo apresentou uma redução de aproximadamente 50% se comparado o ano de 2004 com o ano de 2012. As matrículas da educação básica também tiveram uma redução ao longo do período analisado, eram de 56 milhões em 2004 passando para 5,5 milhões em 2012. A frequência escolar teve poucas alterações no decorrer dos nove anos analisados, tendo um pequeno aumento. Destaca-se que essas variações podem ou não estar relacionadas com as políticas sociais adotadas pelo governo. A Tabela 3, a seguir, apresenta a evolução das variáveis que fazem menção à renda.

Tabela 3 – Evolução das variáveis relacionadas à Renda

Ano	Pessoas extremamente pobres	Pessoas pobres	N. de domicílios extremamente pobres	N. de domicí- lios pobres	Renda média	GINI
2004	23.577.095,00	60.132.299,00	4.937.374,00	13.433.494,00	25.382,02	15,03
2005	20.889.220,00	56.032.401,00	4.383.137,00	12.375.755,00	26.515,60	14,82
2006	17.315.355,00	49.004.957,00	3.740.558,00	10.909.145,00	28.948,17	14,73
2007	16.504.043,00	46.706.214,00	3.800.546,00	10.660.759,00	30.201,61	14,69
2008	14.032.928,00	41.928.361,00	3.334.730,00	9.706.286,00	30.995,65	14,38
2009	13.597.606,00	40.066.020,00	3.333.336,00	9.390.500,00	32.434,86	14,44
2010	12.685.627,00	37.210.659,00	3.219.803,00	8.855.306,00	33.712,88	14,34
2011	11.772.648,00	34.355.298,00	3.106.269,00	8.320.112,00	34.990,90	14,04
2012	10.081.225,00	30.350.786,00	2.847.021,00	7.535.059,00	37.039,62	13,97

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Ao analisar a Tabela 3, com as variáveis relacionadas à renda, percebe-se que a pessoas pobres e extremamente pobres apresentaram uma redução de 49% e 57%, respectivamente. Da mesma forma, os números de domicílios pobres e extremamente pobres também tiveram uma redução grande, de 43% e 42%, respectivamente. Todas essas variáveis apresentaram esta redução comparando-se o primeiro ano estudado com o último, 2004 com 2012.

A renda média das famílias, em outro extremo, apresentou um aumento, passando de 25 mil em 2004 para 37 mil em 2012. Este aumento apresenta uma evolução de 45%. Por meio desses percentuais, conclui-se que a pobreza e os domicílios pobres reduziram de forma inversamente proporcional ao aumento da renda.

O índice de Gini mede o grau de concentração de renda da população, apresentando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Ao analisar este índice, conclui-se que houve uma pequena redução, passando de 15,03 em 2004 para 13,97 em 2012. Isto indica que a situação de desigualdade teve uma pequena redução.

Tabela 4: Evolução das variáveis relacionadas à Violência e Economia

Ano	Número homicídios	Taxa homicídios	PIB	Desemprego
2004	48.374,00	699,30	1.941.498.358,00	249,80
2005	47.578,00	704,30	2.147.239.292,00	274,31
2006	49.145,00	761,00	2.369.483.546,18	236,10
2007	47.707,00	737,70	2.661.344.525,00	243,80
2008	50.113,00	790,40	3.032.203.490,41	213,69
2009	51.434,00	821,50	3.239.404.053,00	252,04
2010	52.260,00	853,70	3.770.084.871,58	231,10
2011	52.198,00	842,90	4.143.012.000,00	210,12
2012	56.337,00	909,80	1.417.474.356,79	196,58

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

As variáveis relacionadas a homicídios, apresentadas na Tabela 4, apresentaram um aumento no período analisado. O número de homicídios aumentou 16% comparando-se o ano de 2004 com o ano de 2012, por consequência, a taxa de homicídios também aumentou em 30%. As variáveis econômicas, o PIB e o desemprego apresentaram oscilações entre aumentos e reduções, porém, no ano de 2012, ambas apresentaram uma redução.

Ao analisar a influência dos gastos do Programa Bolsa Família nas variáveis do estudo, os resultados apresentaram um painel fortemente balanceado, com 7 variáveis e 216 observações durante 8 anos de observação (2005 a 2012).

Como dito anteriormente, a presença de multicolinearidade entre as variáveis pode vir a diminuir o poder de previsão de uma ou mais variáveis em função de outra. Pela matriz de correlação, foi possível identificar multicolinearidade entre algumas variáveis, e, por este motivo, foram excluídas as variáveis ‘taxa de homicídios’, ‘extrema pobreza’ e ‘domicílios pobres’. Os valores encontrados foram superiores a 0,60, causando danos para a análise, segundo Gujarati (2006).

A análise se deu, na sequência, tendo em vista a ocorrência de problemas relacionados com a heterocedasticidade e a autocorrelação. O modelo foi estimado pela regressão por Mínimos Quadrados Generalizáveis Factíveis (MQGF), seguindo sugestões de Greene (2003), e os resultados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 - Resultados da estimação do modelo de regressão com efeito fixo

Variável	Coef.	Std. Err.	Z	P> z	[95% Conf. Interval]	
Número de homicídios	-0,11654	0,070191	-1,66	0,097	-0,25411	0,021035
PIB	0,02481	0,168113	0,15	0,883	-0,30468	0,354307
Desemprego	0,05928	0,043361	1,37	0,172	-0,02570	0,144268
Freq. 7-14	-0,06918	1,173321	-0,06	0,953	-2,36884	2,230491
Freq. 5 -17	-0,00404	0,314505	-0,01	0,990	-0,62046	0,612375
Analfabetismo	-0,02476	0,013266	-1,87	0,062	-0,05076	0,001242
Matrícula Ed. Básica	0,79943	0,315262	2,54	0,011	0,18153	1,417335
Pobreza	0,00517	0,145921	0,04	0,972	-0,28083	0,291175
Dom. Ext. pobreza	0,05521	0,775029	0,71	0,476	-0,09669	0,207117
Renda Média	0,09880	0,171448	0,58	0,564	-0,23723	0,434832
Gini	-0,18405	0,316214	-0,58	0,561	-0,80382	0,435722
Constante	0,20993	0,025313	8,29	0,000	0,16032	0,259545

Fonte: Dados da pesquisa gerados pelo software STATA 12.

Na Tabela 5, as variáveis que se mostraram significativas foram número de homicídios e analfabetismo, com efeitos parciais negativos e nível de significância a 10%, e matrículas da educação básica, com nível de significância a 5%. As demais variáveis não se mostraram significativas. Assim, pode observar que quanto maior os gastos com bolsa família, maior a matrícula da educação básica, menor o número de homicídios e menor o analfabetismo.

O número de homicídios aumentou apesar dos gastos com o Programa Bolsa Fa*/mília estarem estatisticamente significativos e de forma negativa, porém, ao analisar o comportamento dos gastos com Bolsa Família no período, verifica-se que estes apresentaram um aumento de 267% nos valores e 112% no número de beneficiários, isso

comparando o ano de 2004 com 2012. Desta forma, pode-se inferir que, em uma relação significativa e negativa com aumento das duas variáveis, uma aumenta em proporção bem maior que a outra, explicando o motivo dos resultados da análise apontarem uma relação inversa e aumento em ambas.

A influência do Programa Bolsa Família é corroborada pelo estudo de Cacciamali, Tatei e Batista (2010), que analisaram o impacto do Programa sobre a incidência do trabalho infantil e a frequência escolar no ano de 2004. Seus achados corroboraram a eficiência do Programa em elevar a frequência escolar das crianças, mas o Programa apresentou efeitos negativos no que tange à incidência de trabalho infantil, elevando sua probabilidade de ocorrência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de um país não se dá apenas pelo processo de acumulação e do aumento da produtividade, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais que sejam mais aptas a estimular a criatividade humana e que responda às aspirações de forma coletiva (FURTADO, 2004). O autor salienta que o crescimento econômico se funda na preservação dos privilégios das elites e o desenvolvimento é caracterizado pelo projeto social subjacente. Ter recursos para serem investidos não é condição suficiente para melhorar o futuro de uma população, mas é preciso um projeto social que priorize a melhoria das condições de vida, desta forma, o crescimento se transforma em desenvolvimento.

A concentração demasiada de renda está presente na economia brasileira há muitas décadas. Nos últimos 10 anos, houve um aumento dos gastos do governo com programas sociais e a junção de alguns programas preexistentes culminou na implantação do Programa Bolsa Família, que começou a ser executado no ano de 2004.

A análise de indicadores econômicos e sociais permite uma melhor visualização e análise da eficácia, eficiência e efetividade das políticas públicas. Sendo o Programa Bolsa Família o maior Programa em andamento na área social, buscou-se, neste trabalho, analisar o dispêndio do Governo nos estados brasileiros com o Programa, e algumas variáveis relacionadas à economia, violência e educação.

Feitas as análises descritiva e multivariada, chegou-se a alguns resultados que podem contribuir para um melhor direcionamento das políticas sociais. Os gastos com o Programa Bolsa Família totalizaram mais de 20 bilhões de reais, um aumento de 267% desde o início do Programa.

Por meio da análise descritiva, observou-se melhoras nos indicadores de renda, visto que houve redução significativa no número de pessoas pobres, extremamente po-

bres, e de domicílios pobres e extremamente pobres. O resultado já era esperado, visto que o Programa está bem focalizado e tem garantido renda mínima para pessoas de baixa renda. Consequentemente, a renda média das famílias também apresentou um aumento significativo.

Quanto ao índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, os resultados não foram significativos, indicando que ainda há forte desigualdade no Brasil. Quanto aos indicadores de violência, o número de homicídios apresentou aumento na maioria dos estados durante o período, com exceção dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia e Rio de Janeiro, que apresentaram equilíbrio e até mesmo redução nos índices.

Ao reunir os dados, os resultados apresentaram um painel fortemente balanceado, com 7 variáveis e 216 observações durante 8 anos de observação (2005 a 2012). O modelo utilizado na análise multivariada foi a regressão por Mínimos Quadrados Generalizáveis Factíveis (MQGF), devido à ocorrência de problemas relacionados com a heterocedasticidade e a autocorrelação.

Os resultados em tal análise apontam que os impactos dos gastos com o PBF influenciaram apenas nos índices de violência e na taxa de analfabetismo, não apresentando maior significância no comportamento dos demais indicadores.

O Programa Bolsa Família teve seus critérios contestados por Schwartzman (2005), que considera que o programa beneficia crianças que já estão na escola, principalmente as que estão no ensino fundamental, ao invés de atender os que não estão na escola ou que estão em programas de retorno à escola. Ressalta, ainda, que não se pode afirmar que a maior frequência escolar pode estar relacionada com as condições que o programa impõe, pois os que não vão à escola não fazem parte do programa e, também, o programa tem seu foco de acordo com a renda, sendo mais significante para as famílias mais pobres. Conclui que as crianças não deixam de ir à escola por motivos de trabalho, mas por deficiência do sistema escolar, não sendo acessíveis e de baixa qualidade de ensino (SCHWARTZMAN, 2005).

O impacto do Programa sobre o trabalho infantil também foi estudado por Ferro e Kassouf (2005). Seus apontamentos sugerem que os programas de transferência de renda não podem estabelecer uma contrapartida se as crianças estão trabalhando ou não, mas o fato de exigirem a frequência escolar já reduz o tempo disponível para o mercado de trabalho. Estes autores concluem seu estudo afirmando que o programa é eficiente na redução da jornada de trabalho das crianças, mas seus resultados não são conclusivos na decisão da família em inseri-las no mercado de trabalho.

Porém, cabe considerar que o processo de geração autônoma da renda ainda parece deficiente, visto que muitos dos beneficiários continuam sem iniciativa para buscarem

outras fontes de renda, ou seja, para que *caminhem com suas próprias pernas*. Órgãos de apoio, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), lançaram programas e cartilhas de estímulo ao empreendedorismo individual (EI) para beneficiários do programa, porém, os resultados foram insignificantes. Portanto, faltam ações mais efetivas neste sentido, buscando fomentar a geração autônoma da renda, levando os beneficiários a se tornarem independentes de tal benefício.

Diante desse escopo e respeitando as limitações da pesquisa, vale ressaltar o importante papel que o Programa Bolsa Família desempenha na sociedade brasileira, sobretudo, para os mais empobrecidos. No entanto, pode-se considerar que são necessárias políticas públicas de maior amplitude, para a efetiva promoção da geração de renda e maior justiça social, preconizando a promoção da dignidade humana a todos os brasileiros.

OLIVEIRA, Ariane Maria Machado de; KUDLAWICZ, Claudineia; CRUZ, June Alison Westarb; POVOA, Ângela Cristiane Santos. Brazilian social indicators: an analysis of the effects of Programa Bolsa Família. *ORG & DEMO* (Marília), v. 16, n. 2, p. 63-84, Jan./Jun., 2016.

ABSTRACT: The Bolsa Família Program (BFP) is an example of a cash transfer program that aims to promote the reduction of poverty and the immediate breaking of the cycle of perpetuating poverty through facilitating the autonomous income generation of beneficiaries. In this sense, this article analyzes the impact of the Brazilian federal government spending to verify its effectiveness. The methodological approach is based on quantitative and technical analysis of panel data. To achieve the objective of the study, secondary data were collected by the institutes responsible for the dissemination of economic and social indicators research, and the sample is composed of 27 states for the period comprising the years 2005 to 2012 to analyze the data, we chose the descriptive and multivariate analysis with the help of Stata, version 12 software was used to process the data. The results indicate that the impacts of spending on the BFP were significant only in violence and illiteracy rate, showing no greater significance in the behavior of other indicators. We conclude that public policies are of greater amplitude than what is needed to effectively promote the autonomous generation of income and greater social justice.

KEYWORDS: social management, bolsa família, public policies.

REFERÊNCIAS

- ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em Direção às Melhores Práticas de Avaliação. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v 51, n. 4, out./dez., 2000.
- ALMEIDA, J. G.; SANTOS, E. J. R.; ALBUQUERQUE, C. P.; FERREIRA, J. A. Desemprego e empreendedorismo: da ambiguidade da relação conceitual à eficácia das práticas de intervenção social. **Revista Plural**. São Paulo, v. 20, n. 1, p. 31-56, 2013.
- ATTANASIO, O.; SZÉKELY, M. **An asset-based approach to the analysis of poverty in Latin America**. Washington: Inter-American Development Bank, 1999.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- BICHIR, R. M. O bolsa família na berlinda? **Revista Novos Estudos**. São Paulo, n. 87, p. 115-129, 2010.

- CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA, N. F. Impactos do programa bolsa família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 269-301, 2010.
- CASTRO, H. C. O.; WALTER, M. I. M. T.; SANTANA, C. M. B.; STEPHANOU, M. C. Percepções sobre o programa bolsa família na sociedade brasileira. **Opinião Pública**. Campinas, v. 15, n. 2, p. 333-355, 2009.
- CECCHINI, S. Transferências condicionadas na América Latina e Caribe: da inovação à consolidação. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Eds). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, DF: IPEA, 2013.
- COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman. 2003.
- COTTA R. M. M.; MACHADO J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panamericana de Salud Publica**. Washington, v. 33, n 1, p. 54-60, 2013.
- COUTO, J. M.; COUTO, A. C. L.; FREITAS, C. E. PIB, desemprego e Keynes: relações concretas (1991-2008). **A Economia em Revista**. Maringá, v. 16, n. 1, p. 5-14, 2008.
- CRUZ, J. A. W. et al. How does the structure of social networks affect the performance of its actors? - A case study of recyclable materials collectors in the Brazilian context. **Resources, Conservation and Recycling**. Chicago, v. 2013, p. 36-46, 2013.
- DERLIEN, H. U. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v. 52, n.1, jan./mar., 2001.
- ESTRELLA, J.; RIBEIRO, L. M. Qualidade da gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma discussão sobre o índice de gestão descentralizada. **Revista de Administração Pública**. São Paulo, v. 42, n. 3, p. 625-641, 2008.
- FARIA, N. F. **O milagre econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2002.
- FERRO, A. R.; KASSOUF, A. L. Avaliação do impacto dos Programas de Bolsa Escola sobre o trabalho infantil no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Brasília, v. 35, p. 417, 2005.
- FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 24, n. 4, p. 483-486, 2004.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2003.
- GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. São Paulo: Campus, 2006.
- GREENE, W. H. **Econometric Analysis**. 6. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2003.
- HSIAO, C. **Analysis of panel data**. 2. ed. New York: Cambridge, 2002.
- KALECKI, M.. **Theory of economic dynamics**. Londres: Allen & Unwin, 1954.
- KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KLAGSBRUNN, V. H. O princípio da demanda efetiva (a esperada) e o papel da demanda na teoria geral de Keynes. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 16, n. 4, out./dez., 1996.

- LAVINAS, L. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1463-1476, 2007.
- MADALA, G. S. **Introdução à econometria**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003.
- MAGALHÃES, R. Integração, exclusão e solidariedade no debate contemporâneo sobre as políticas sociais. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 13, 2001.
- MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças públicas: foco na política fiscal, no planejamento e orçamento público**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de Administração Pública**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MUSGRAVE, R.; MUSGRAVE, P. **Finanças públicas: teoria e prática**. São Paulo: EDUSP, 1980.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Piso de Proteção Social para uma Globalização Equitativa e Inclusiva**. Relatório do Grupo Consultivo presidido por Michelle Bachelet, constituído pela OIT com a colaboração da OMS. Genebra: OIT, 2011.
- PEREIRA, B. L. C. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova**. São Paulo, n. 45, 1998.
- POSSAS, M. S. Maria da Conceição Tavares. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 389-400, **Sept./Dec.**, 2001
- PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- PREBISCH, R. Commercial policy in underdeveloped countries. **The American Economic Review**. Nashville, v. 49, n. .2, p. 251-272, 1959.
- RITSILA, J.; TERVO, H. Effects of unemployment on new firm formation: micro-level panel data evidence from Finland. **Small Business Economics**. Bloomington, v. 19, n. 1, p. 31-40, 2002.
- SEN, A. **Inequality reexamined**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- SILVA, F. A. R. da. **Finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 1983.
- SOARES, S. S. D. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda da desigualdade entre 1995 e 2004. **Econômica**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2006.
- SCHWARTZMAN, S. **Education-oriented social programs in Brazil: the impact of Bolsa Escola**. Global Conference on Education Research in Developing Countries, Global Development Network. Prague: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2005.
- TAVARES, M. C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972
- VANDERBORGHT, Y.; PARIJS, P. **Renda básica de cidadania: fundamentos éticos e econômicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria: Uma abordagem moderna**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. London: MIT Press, 2002.

Submetido em: 18/11/2014

Aceito em: 07/12/2015

